



## Retransmissão será grátis para rádios da Amazônia

Novo sistema aprovado ontem vai permitir que rádios do interior da Amazônia possam aproveitar parte da programação de outras emissoras da região

O Senado aprovou ontem projeto que cria o Sistema de Retransmissão de Rádio da Amazônia. A proposta segue agora para sanção presidencial. O texto beneficia rádios do interior da Amazônia que poderão aproveitar gratuitamente a programação de outras emissoras da região. Deve ser garantido, porém, pelo menos 15% de

programação local.

Para os senadores, a proposta é importante porque traz economia e facilita a logística das rádios locais. Eles destacaram também que o novo sistema vai ajudar a levar cultura, informação e entretenimento para o interior da Amazônia Legal — área que abrange nove estados e cerca de 25 milhões de pessoas. **3**



Senadores apresentaram argumentos contra e a favor do cultivo de cana na Amazônia e a votação foi adiada

## Plantio de cana na Região Amazônica gera polêmica

Obstação promovida por alguns partidos levou ao adiamento da votação de projeto que autoriza o cultivo de cana-de-açúcar em áreas degradadas da Amazônia Legal. Senadores do PT, PSB e Rede argumentaram que a cana não é apropriada para região e causaria gra-

ves prejuízos ambientais. Parlamentares do PSDB e do PMDB garantiram que nenhuma árvore seria derrubada e que a atividade vai impulsionar a economia, gerando emprego e renda para a população local. O projeto continua na ordem do dia do Plenário. **3**

**Debate: duplicata eletrônica facilita o comércio **5****

**Projeto melhora atendimento a diabético no SUS **6****

**Conflito partidário pode ser alvo da Justiça Eleitoral **8****



### Elaborado em 88, sistema tributário espera atualização

Encarte mostra que o sistema de arrecadação e distribuição de tributos inscrito na Constituição emperra crescimento do país e precisa de reforma.

## Fake news: especialistas alertam para prejuízos à democracia

Representantes do TSE, de empresas de comunicação e outros especialistas discutiram ontem com os senadores o impacto das notícias falsas no processo eleitoral. Eles alertaram que elas têm po-

tencial até para ameaçar a democracia, já que podem reduzir consideravelmente a qualidade do voto do cidadão pela desinformação que propagam. A audiência aconteceu no Plenário. **2**



Cássio Cunha Lima (C) conduz a sessão especial sobre notícias falsas

## Comissões aprovam propostas que beneficiam as mulheres

Projetos da pauta feminina, considerada prioritária em março, foram aprovados ontem nas Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos.

Entre as propostas que receberam decisão final e seguem para a Câmara estão: a ampliação de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, o pagamento do salário-maternidade em até 30 dias, o início da contagem da licença-maternidade após alta de prematuro e o direito de troca da prisão preventiva por domiciliar para gestantes. **7**



Marta Suplicy preside sessão da Comissão de Assuntos Sociais

## Projeto facilita venda de polpa de fruta por produtor rural

O Plenário aprovou projeto que simplifica a venda de polpa e de suco de frutas por agricultores familiares. O texto segue para sanção presidencial. A inspeção da venda das bebidas poderá agora ser feita por acordos entre o governo federal e órgãos estaduais e municipais. **3**

## Luta por inclusão social marca Dia da Pessoa com Down

Como qualquer cidadão, a pessoa com síndrome de Down pode contribuir com a sociedade e se destacar em várias áreas. Essa foi a mensagem do evento feito ontem pela Comissão de Direitos Humanos do Senado para celebrar o Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de Down.

O senador Romário defendeu a inclusão dos portadores da síndrome e participantes pediram a atuação das pessoas com Down na política. **6**



Romário, que sugeriu o evento, defende direitos dos portadores da síndrome

## Produção de cacau precisa de crédito, aponta debate

Debatedores defenderam ontem, em duas audiências na Comissão de Desenvolvimento Regional, a concessão de crédito para melhorar a produção de cacau. Eles também pediram a aprovação de um projeto que eleva o percentual de cacau no chocolate brasileiro. **4**



# Especialistas: *fake news* podem ameaçar eleições

Especialistas de diversas áreas debateram com os senadores o risco que as notícias falsas oferecem às campanhas e à democracia brasileira e defenderam diferentes soluções para o problema

AS NOTÍCIAS FALSAS ou *fake news* foram apontadas pelo ministro Tarcísio Vieira, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como um dos desafios das eleições de 2018, ao lado do financiamento de campanha e do voto impresso. Ele foi um dos convidados da sessão temática no Plenário de ontem, que discutiu o impacto desse fenômeno no cenário político brasileiro.

Representantes da mídia tradicional e especialistas em informática também falaram sobre os custos sociais e culturais da desinformação.

O TSE tem um conselho consultivo de combate às *fake news*, explicou Vieira. Para ele, apesar da dificuldade de o Judiciário lidar com o tema, a legislação avançou bastante com o Marco Civil da Internet e a reforma política de 2017, que tratam da questão.

## Propaganda

Mesmo sendo permitido divulgar conteúdos na internet, ainda segue proibida a propaganda eleitoral paga, a menos que o material seja classificado como propaganda, alertou o ministro.

Para o secretário-geral da Presidência do TSE, Carlos Eduardo do Amaral, além das *fake news* há várias formas de manipulação na internet, como a alteração na ordem de busca em uma plataforma de pesquisa.

Com a experiência de um ex-hacker da internet, o consultor de segurança digital Daniel Nascimento vê na tecnologia a principal saída para o problema. Ele defendeu a adoção de uma plataforma colaborativa, com o uso da inteligência artificial e da análise de dados, para detectar as notícias falsas e agir instantaneamente.

— E se houvesse um sistema que entregasse na mão do



Da tribuna, Telmário Mota sugere a criação de delegacias especializadas

cidadão a checagem dos fatos com um clique e de uma forma intuitiva? — sugeriu.

As plataformas de tecnologia vivem da atenção e do vício dos usuários, disse o procurador do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Frederico Ceroy, que é presidente do Instituto Brasileiro de Direito Digital. Para ele, o combate às *fake news* passa pela checagem da notícia para derrubada do conteúdo por meio dos termos de uso e política de privacidade.

— *Fake news*, que abala a eleição e abala a democracia, é um movimento coordenado que, muitas vezes, está por debaixo dos panos, e nós não estamos vendo.

Ceroy apoia a ação conjunta das autoridades e plataformas e sugere como modelo a legislação alemã, em vez das leis eleitorais ou criminais com menos punição para o usuário e mais responsabilização das empresas.

## Jornalismo

Em defesa do trabalho de apuração do jornalista, profissional que “tem cara, endereço, e-mail publicado e pode ser responsabilizado se errar”, o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Tonet Camargo, destacou as diferenças da atividade

da imprensa tradicional em relação às plataformas de tecnologia, que não são veículos de comunicação.

— Acho que nunca o jornalismo profissional foi tão necessário como hoje em dia, em tempos de *fake news* — disse o diretor da sucursal da *Folha de S.Paulo* em Brasília, Leandro Colon.

## Educação

A presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), Angela Pimenta, recomendou checagem e verificação, valorização da informação de qualidade e educação midiática.

— Acreditamos que o jornalismo brasileiro tem capacidade e disposição para uma iniciativa nesses moldes. O nosso trabalho jornalístico poderia ajudar a polícia e o TSE.

O presidente do Conselho de Comunicação Social do Senado, Murillo Aragão, defendeu a liberdade de expressão e a necessidade de mudar a legislação, mas sem nenhum tipo de censura.

Telmário Mota (PTB-RR), que requereu a sessão temática, sugeriu a criação de delegacias especializadas.

— Se criássemos esses juízos especiais para isso, em 72 horas, nós teríamos já a punição ou localização do responsável — observou o senador.

# Audiências debaterão MP que libera privatização da Eletrobras

Foi aprovado ontem o plano de trabalho da comissão mista que vai analisar a medida provisória que permite a privatização da Eletrobras. O cronograma, proposto pelo relator, deputado Julio Lopes (PP-RJ), prevê a realização de três audiências públicas, que serão realizadas nos dias 27 de março e 3 e 4 de abril. Lopes pretende entregar o relatório até 10 de abril.

A MP 814/2017 revogou um dispositivo da Lei 10.848/2004 para excluir a proibição de privatização da Eletrobras e de suas subsidiárias. O texto também alterou outras leis do setor para garantir o suprimento de energia aos sistemas isolados que atendem as populações da Região Norte. O objetivo é viabilizar a privatização das distribuidoras da região que hoje estão sob controle da Eletrobras, como a Eletroacre, a Amazonas Energia e a Ceron (Rondônia).

Devem ser chamados para o debate, entre outros, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, o presidente

da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, e o ex-presidente da estatal Luiz Pinguelli Rosa.

A MP chegou a ser parcialmente suspensa em janeiro por uma liminar, do juiz Claudio Kitner, da 6ª Vara Federal de Pernambuco, que anulava o 3º artigo do texto para impedir a privatização. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), contudo, derrubou a liminar em fevereiro.

## Consequências

As consequências do processo de privatização da Eletrobras para o setor elétrico também serão discutidas em audiências públicas da Comissão Senado do Futuro. Requerimento para o debate, do senador Hélio José (Pros-DF), foi aprovado ontem.

O debate, ainda sem data, vai tratar principalmente do PL 9.463/2018, em tramitação na Câmara desde janeiro. O projeto, que autoriza a privatização da Eletrobras, está em análise em comissão especial naquela Casa.

Com Agência Câmara

## Fátima condena ensino a distância no nível médio

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) repudiou em Plenário a proposta em discussão no Conselho Nacional de Educação pela qual até 40% do ensino médio poderá ser feito a distância. Segundo ela, a proposta vai na contramão do que orienta o Plano Nacional de Educação e desrespeita até mesmo a reforma que prevê escolas de ensino médio em tempo integral.

Para a senadora, a proposta representa a precarização do ensino médio.

— Essa proposta trata-se de um golpe fatal contra o ensino médio, contra a educação básica pública e contra os trabalhadores em educação — disse ela.

## Wellington destaca criação de federal em Rondonópolis

Wellington Fagundes (PR-MT) destacou a criação da Universidade Federal de Rondonópolis, cuja lei foi sancionada terça-feira por Temer. O senador lembrou que contou com o apoio da ex-presidente Dilma e do ex-ministro da Educação Aloizio Mercadante, que deram encaminhamento à proposta (PLC 2/2018) agora transformada em lei.

O senador disse ser necessário garantir a dotação de verbas no Orçamento de 2019, para que a nova universidade possa funcionar plenamente e se expandir.



Moreira Moritz/Agência Senado

# Senado economizou 327 milhões de litros de água

Ainda que a crise hídrica no Distrito Federal tenha se agravado em 2017, o Senado já vinha adotando medidas para a redução do consumo de água desde 2013. Entre 2013 e 2015 a economia acumulada foi de 327 milhões de litros em comparação com 2012, quando o Senado gastou 292 milhões de litros. Em 2017, o consumo caiu ainda mais: 113,3 milhões de litros.

Esses resultados decorrem da implantação do Plano de Gestão de Logística Sustentável

(PGLS), em 2015. O documento prevê um conjunto de ações para reduzir o consumo de água e medidas para uma gestão mais eficiente e sustentável.

O primeiro passo foi uma revisão em todos os prédios em busca de pontos de vazamento. Em seguida foram substituídos equipamentos defeituosos por modelos mais econômicos e reduzidas as saídas de água para o mínimo necessário.

Outra medida foi a instalação de redutores de pressão na saída dos reservatórios e em

algumas torneiras, de forma a diminuir o fluxo de água.

## Viveiro

A diretriz foi adotada também pelo Viveiro do Senado, que faz cultivo de mudas para abastecer a Casa e para doação a outros órgãos. As espécies que precisam ser regadas o ano todo foram substituídas por plantas como cactus e agaves, que apresentam baixa demanda hídrica. Ao todo, o Viveiro do Senado, criado em 2013, já doou cerca de 2 mil mudas.

**AGENDA** A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

<p><b>CRE Embaixada em Camarões</b> 9h Entre 8 itens da pauta, está a indicação de diplomata para embaixada em Camarões e, cumulativamente, no Chade.</p> <p><b>PAUTA FEMININA Violência</b> 10h Debate em Ceilândia (DF) sobre a voz da mulher no combate à violência.</p>	<p><b>CPI DOS MAUS-TRATOS Depoimentos</b> 10h Votação de requerimentos.</p> <p><b>PLENÁRIO Sessão deliberativa</b> 11h Na pauta, está o PLS 469/2015, sobre pena para crime em situação de tocaia.</p> <p><b>CSE Líderes comunitários</b> 17h Debate sobre lideranças comunitárias.</p>
---	---

**SESSÃO ON-LINE**

<p>Confira a íntegra das sessões no <b>Plenário</b>:  <a href="http://bit.ly/plenarioOnline">http://bit.ly/plenarioOnline</a></p>	<p>Confira a íntegra das sessões nas <b>comissões</b>:  <a href="http://bit.ly/comissoesOnline">http://bit.ly/comissoesOnline</a></p>
---	---



# Amazônia terá retransmissão de rádio gratuita

O Senado aprovou ontem e enviou à sanção projeto que cria sistema para que rádios da Amazônia Legal possam aproveitar programação de outras emissoras da região

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o projeto que cria o Sistema de Retransmissão de Rádio da Amazônia (RTR). Do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), a proposta tramitava em regime de urgência e segue para a sanção da Presidência da República.

Pelo projeto (PLC 178/2017), emissoras de rádio da Amazônia poderão retransmitir

gratuitamente a programação de outras rádios da mesma região. Segundo o relator, senador Omar Aziz (PSD-AM), a manutenção de uma rádio é cara e, para os municípios do interior da Amazônia, torna-se uma vantagem poder retransmitir a programação de outra rádio maior, apenas incluindo um percentual de programação local de até

15%. Segundo o senador, a falta de emissoras na região limita o acesso da população à cultura, à informação e ao entretenimento.

— Vamos levar mais informação para todos os municípios, sem necessariamente ter uma rádio local. É uma questão de logística e de economia — afirmou Omar.

O senador Paulo Rocha

(PT-PA) elogiou a iniciativa e disse que o projeto é importante também para as relações humanas. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) classificou o projeto como “valeroso” e lembrou que a proposta é direcionada à Amazônia Legal.

Pelo projeto, as entidades autorizadas a executar o RTR deverão veicular a pro-

gramação da emissora que cederá os sinais. Essas emissoras cedentes poderão inserir publicidade.

Por outro lado, as retransmissoras poderão incluir inserções locais de programação e publicidade, observadas algumas condições, como a que estabelece que a programação local não deverá ultrapassar 15% do total das transmissões.

## Votação de autorização para cana-de-açúcar na Amazônia é adiada

A votação em Plenário do projeto que permite o cultivo de cana-de-açúcar em áreas degradadas da Amazônia Legal, marcada para ontem, foi adiada. O PLS 626/2011 chegou a ser colocado em votação, mas não houve quórum para deliberar, devido à obstrução de alguns partidos, como PT, PSB e Rede.

Enquanto os senadores favoráveis destacavam o potencial econômico do projeto, os contrários apontavam riscos ambientais e pediam um debate mais profundo. Autor da proposta, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu o plantio de cana, argumentando que o projeto “não derruba uma árvore”, pois trata das “áreas antropizadas” (já alteradas pela ação do homem).

Para Eduardo Braga (PMDB-AM), o projeto não compromete as reservas de água da região, pois a cana não tem raiz extensa. Ele disse que a proposta pode dar emprego e renda aos moradores da Amazônia.

Já o presidente do Senado,



Eduardo Braga e Jorge Viana debatem projeto, observados por Omar Aziz

Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que é sensível à questão, pois vem de um estado que enfrenta muitos problemas com a falta de água.

Otto Alencar (PSD-BA) registrou que a Bahia tem várias áreas degradadas por conta da indústria sucroalcooleira, e que não quer ver a situação se repetir em outros estados. Segundo o senador, o país não pode deixar a destruição que atingiu a Mata Atlântica ocorrer com a Floresta Amazônica.

— Hoje, estamos tentando reconstruir as florestas para garantir os rios e as nascentes. Não há maior crime contra o

Brasil do que desmatar para implantar indústrias. A força do dinheiro vai destruir a floresta — criticou.

### Questionamentos

Jorge Viana (PT-AC) disse que o projeto será um desastre para o Brasil. Ele ainda lamentou a falta de uma política para as florestas no país. Segundo Viana, a Amazônia não deve ser tratada da mesma forma que outras regiões. Ele lembrou que ontem se celebrava o Dia Mundial da Floresta.

Na visão de João Capiberibe (PSB-AP), o projeto tem inconsistências técnicas e

pode gerar insegurança jurídica. Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que a repercussão internacional do projeto será muito negativa, ainda mais na semana em que Brasília recebe o 8º Fórum Mundial da Água.

### Devastação

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que a cana-de-açúcar não é apropriada para a região amazônica, pois essa cultura pode aumentar a devastação na floresta e ameaça o maior aquífero do planeta. Ele afirmou que, se o projeto for aprovado no Senado, irá recorrer contra ele ao Supremo Tribunal Federal.

Randolfe, Capiberibe e Viana apresentaram requerimentos para que o projeto voltasse a ser analisado de forma mais profunda, com audiências, nas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), mas as propostas foram rejeitadas.

Com a falta de quorum, o PLS 626/2011 permanece na ordem do dia, aguardando votação.



Elber celebra aprovação pela CCJ de proposta de sua autoria

## Elber se despede do Senado e Valadares volta de licença

Elber Batalha (PSB-SE) se despediu ontem do Senado, anunciando o final do mandato. Ele é o segundo suplente de Antonio Carlos Valadares (PSB) e assumiu em 22 de novembro de 2017, quando o titular se licenciou.

Ele registrou a aprovação pela CCJ, de manhã, do PLS 36/2018, de sua autoria. Aprovado em caráter terminativo, a proposta uniformiza a contagem dos prazos nos juizados especiais cíveis, que considerará apenas os dias úteis.

Em sua despedida, foi elogiado por Armando Monteiro (PTB-PE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Otto Alencar (PSD-BA), Lídice da Mata (PSB-BA), Paulo Paim (PT-RS), Magno Malta (PR-ES) e pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira.

## Aprovado incentivo de venda de polpa de fruta por agricultor familiar

O Plenário aprovou ontem projeto que simplifica a comercialização da produção de polpa e de suco de frutas pelo setor de agricultura familiar. O texto segue para sanção presidencial.

O PLC 63/2016 permite que

as atividades de inspeção e fiscalização da produção e do comércio de bebidas possam ser objeto de convênios e acordos entre o governo federal e órgãos e entidades dos estados e municípios.

Quando à comercialização,

o texto prevê que seja feita diretamente ao consumidor final na sede do estabelecimento familiar rural, ou em local mantido por associação de produtores, feiras livres ou ainda para programa oficial de aquisição de alimentos.

Para Ana Amélia (PP-RS), o projeto terá grande impacto social, pois valorizará a produção dos agricultores familiares. Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Paulo Rocha (PT-PA) e Waldemir Moka (PMDB-MS) também elogiaram o projeto.

## Simone celebra votação de projetos da pauta feminina

Simone Tebet (PMDB-MS) destacou a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de sete projetos da pauta feminina que buscam reforçar o combate à violência contra a mulher. Ela agradeceu o apoio da Presidência do Senado, que determinou que os projetos teriam decisão final na comissão.

— Dos sete projetos, cinco são de senadores. Isso é uma coisa a se comemorar, numa Casa em que somos [as mulheres] pouco mais de 10%.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Fátima exalta Marielle e cobra prisão de assassinos

O assassinato da vereadora Marielle Franco, do PSOL do Rio, foi uma tentativa de silenciar os que defendem os direitos humanos e lutam contra o racismo, a opressão de classe e a política de “guerra às drogas”, disse Fátima Bezerra (PT-RN). Ela cobrou investigação rigorosa do crime.

— Foi alguém que ousou questionar a política de segurança pública e lutava todo dia pelo empoderamento das mulheres pobres e negras, fazendo de sua vida um exemplo de luta e esperança.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

## Marta destaca empenho do país no uso racional da água

Ao destacar o 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília, Marta Suplicy (PMDB-SP) disse que o mundo não deve esquecer o empenho do Brasil na questão ambiental. Apesar da crise econômica, disse, o país deve somar-se aos investimentos mundiais na defesa dos recursos hídricos. Ela destacou atividades do evento para despertar a consciência ambiental das crianças.

— As atividades permitem ampliar o âmbito de pessoas que conseguimos atingir. Dessa forma, muita gente começa a pensar sobre questões que não tinha pensado.

## Hélio José condena onda de difamação contra vereadora

Hélio José (Pros-DF) lamentou a morte da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (PSOL), morta a tiros em uma emboscada que também vitimou seu motorista, Anderson Gomes.

— Ela tinha como bandeira os direitos dos moradores da favela e a defesa da mulher — afirmou o senador.

Ele ainda condenou a onda de fake news sobre Marielle, com “acusações falsas como suposta ligação com tráfico de drogas e má conduta”.



Moreira Moritz/Agência Senado



# Debate aponta rumos para produção de cacau no país

Participantes de audiências pediram crédito e assistência técnica para o setor e defenderam projeto do Senado que eleva percentual mínimo de cacau no chocolate, o que melhoraria a qualidade do produto

A PRODUÇÃO BRASILEIRA de cacau fino precisa de crédito rural para se desenvolver, defenderam participantes de audiências públicas da Comissão de Desenvolvimento Regional, ontem. Eles também afirmaram que o chocolate do Brasil pode ganhar novo destaque no comércio internacional se o país tiver políticas públicas que estruturam a assistência técnica e garantam suporte financeiro à produção.

Dividido em duas audiências — uma de manhã e outra à tarde —, o debate avaliou estratégias para o país aumentar e aprimorar a produção de

cacau e de chocolate.

Diretor do Centro de Inovação do Cacau, Cristiano Villela disse que há uma tendência global de valorizar a origem e a qualidade de produtos como o chocolate. Mas enquanto o mercado gourmet cresce, o Brasil ainda não está no mapa do cacau fino, disse:

— Não adianta falar de qualidade se não tiver crédito para o produtor investir — defendeu.

Para o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia, José Vivaldo de Mendonça Filho, os produtores devem também focar no desenvolvimento da indústria.

Foi unanimidade entre os participantes a necessidade de aumento do percentual mínimo de cacau no chocolate, previsto em um projeto que tramita no Senado. A proposta (PLS 93/2015), de Lídice da Mata (PSB-BA), eleva de 25% para 35% o percentual. Em outros países, o valor varia de 32% a 35%.

— Com esse percentual, entramos no padrão internacional e podemos exportar nosso chocolate com competitividade maior — afirmou a senadora.

Segundo o pesquisador Antônio Zugaib, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), o Brasil tem capacidade para fazer um “chocolate de primeira”, reduzindo a crescente importação do produto, mas é preciso aumentar a produção de cacau.

Lídice e os debatedores foram recebidos pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, e pediram a votação do projeto da senadora.



Sérgio Lobo, Tarcísio Freitas e Flexa Ribeiro, que solicitou a audiência

## Governo deve renovar concessão da Ferrovia Carajás em 2018

A renovação da concessão da Estrada de Ferro Carajás será concluída até o final do ano, afirmou ontem o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Sérgio de Assis Lobo, em audiência na Comissão de Infraestrutura (CI).

— Hoje não temos o valor exato da outorga, mas podemos afirmar que são bilhões, e aí vamos ter que comprovar a vantagem de estender esse contrato — afirmou.

Operada pela Vale e com 892 quilômetros de extensão, a estrada liga a maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo, em Carajás, no sudeste do Pará, ao Terminal de Ponta da Madeira, em São Luís (MA). A Lei 13.448/2017 permitiu que os detentores de concessões federais possam renová-las antecipadamente,

desde que paguem pela outorga ou invistam em infraestrutura.

Pela Secretaria-Geral da Presidência da República, Tarcísio Freitas avaliou que a prorrogação antecipada contribui para a resolução de gargalos históricos no setor.

### Prioridades

Representante do Ministério dos Transportes, Dino Antunes Dias Batista disse que o Plano Nacional de Logística dará condições para que o Estado priorize as intervenções que trarão mais benefícios à sociedade.

O debate foi realizado por iniciativa do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que lamentou a ausência do presidente da Vale, Fabio Schwartsman, convidado para a audiência pública.



Vice-presidente da comissão, Lídice conduz debate sobre setor cacaueiro

## Colegiado rejeita retirar rótulo de transgênicos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o relatório de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pela rejeição da proposta que desobriga os produtores de aplicarem o selo de transgênicos nos rótulos de alimentos com esses componentes (PLC 34/2015). A proposta se-

gue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Para Vanessa, é um direito do consumidor “a ampla e adequada informação”. Já Cidinho Santos (PR-MT) apresentou um relatório alternativo. Ele disse ter sido procurado por ONGs dos EUA para que votasse contra, ao que ele teria

respondido que “achava melhor que eles fossem defender esta bandeira no país deles”.

— Nenhum país do mundo usa esta simbologia, que desvaloriza a produção. Porque não usam símbolos também pra sódio ou gordura trans? Porque não faz sentido.

## Milhas e pontos poderão valer por 3 anos

Pontos e milhas dos programas de fidelidade não poderão expirar em prazo inferior a 36 meses, contados a partir da data em que foram creditados na conta do consumidor. E ainda: qualquer alteração no regulamento do programa deverá ser informada ao cliente com

90 dias de antecedência.

As regras constam do PLS 642/2015, de Magno Malta (PR-ES), aprovado ontem pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). A proposta seguirá para votação em Plenário.

O projeto prevê ainda a transferência dos pontos, em caso de sucessão e herança, ao cônjuge e parentes consanguíneos colaterais, ascendentes ou descendentes, e proíbe a exigência de saldo mínimo para transferência de bônus, pontos ou milhas.

## Regimes de previdência são denunciados por corrupção

Milhões de idosos correm o risco de ficar sem aposentadoria por conta de um rombo bilionário e de corrupção nos regimes próprios de Previdência. A denúncia foi feita ontem na Comissão de Transparência e Defesa do Consumidor (CTFC).

Os regimes próprios de previdência permitem que estados e municípios criem e administrem os próprios fundos para garantir a aposentadoria de funcionários públicos locais. Um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) pedindo providências sobre esses regimes foi aprovado pela comissão. Os auditores identi-

caram distorções na gestão dos recursos e alertaram para o risco de fundos não terem condições de arcar com pagamentos futuros.

Até dezembro de 2015 havia quase R\$ 144 bilhões depositados. Segundo o presidente da comissão, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), o caixa para atender mais de 10 milhões de contribuintes deveria ser muito maior do que é hoje. Além da governança insuficiente, ele acusa o sistema de estar contaminado por corrupção endêmica.

— A coisa é muito grave. Imagina um prefeito criar o seu próprio fundo de previdência e administrar os milhões.

## Redes elétricas inteligentes: incentivo avança

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem o PLS 356/2017, que incentiva a implantação de redes elétricas inteligentes no país. Essas redes permitem monitorar e gerenciar o transporte de eletricidade em tempo real.

O projeto segue para análise da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O autor do texto, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que essa tecnologia é capaz de informar sobre o consumo, aumentando a transparência na relação com as distribuidoras.

## Vanessa critica falta de médicos em estados da Região Norte

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) citou resultado do censo demográfico da Associação Médica Brasileira (AMB) segundo o qual o número de médicos no país aumentou 665% em menos de cinco décadas, enquanto o número de habitantes cresceu 119%.

Ela lamentou, no entanto, que os profissionais ainda estejam concentrados nos grandes centros e nas regiões mais ricas do país.

— Isso mostra o quanto a Região Norte ainda precisa de investimentos fortes na área da saúde — disse a senadora.

## Cassol apoia MP que transfere à União servidores de Rondônia

Ivo Cassol (PP-RO) afirmou que a Medida Provisória (MP) 817/2018 beneficia os servidores do ex-território de Rondônia que ainda não haviam sido contemplados com a transferência para os quadros da União.



Ivo Cassol

— Com certeza, ninguém vai querer ficar no quadro do estado como Rondônia vive. A medida provisória vai devolver a esperança a mais de 10 mil pais de família que não tiveram oportunidade — afirmou o senador.

## Muniz destaca aprovação de projeto que regula telemarketing

Roberto Muniz (PP-BA) comemorou a aprovação do PLS 48/2018 pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). O texto, de sua autoria, foi aprovado em caráter terminativo no último dia 15 e tem o

objetivo de combater o telemarketing abusivo.

O projeto determina a possibilidade de não querer receber ligações após já ter recusado oferta. A proposta também obriga que o número que ligou possa receber chamada de retorno.



# Especialistas defendem uso de duplicata eletrônica

A emissão de títulos de crédito sem impressão pode modernizar as relações comerciais, disseram ontem debatedores em audiência sobre o Código Comercial. Eles também pediram menos burocracia

A SIMPLIFICAÇÃO DA vida empresarial e a duplicata eletrônica foram discutidas ontem pela comissão temporária que examina a reforma do Código Comercial. Especialistas defenderam a desburocratização do setor.

Um dos convidados da audiência, o professor de direito comercial Rodrigo Monteiro de Castro, disse que a burocracia desestimula a abertura de novas empresas e causa insegurança aos empresários.

— É um carnaval normativo. O empresário nasce e se desenvolve na insegurança. Ele nunca sabe se a orientação que recebe, seja de um contador, seja de um escritório, vai produzir os efeitos que ele imagina.

Um dos objetivos do novo marco regulatório comercial é modernizar a emissão de duplicatas e de outros títulos de crédito. O texto retira a obrigação de considerar válido apenas um documento impresso e passa a aceitar também os títulos eletrônicos.

Para o especialista em direito comercial Paulo Marcos Brancher, a medida é uma evolução importante, mas a aprovação da proposta pode enfrentar desafios.

— Qual é a grande barreira cultural que a gente tem e é perfeitamente compreensível? É: “Eu não reconheço nada que não tenha a minha assinatura”. Esse é um desafio que o universo informático enfrenta. E a gente sempre tem que

trabalhar pela proximidade maior da segurança jurídica, ou seja, é possível trabalhar 100% em ambiente eletrônico — afirmou.

O relator da proposta, senador Pedro Chaves (PRB-MS), acredita que os debates são importantes para a elaboração do parecer final.

— Esse debate contribuiu muito para o nosso relatório, e eu acredito que esse Código Comercial, realmente, vai ao encontro da população brasileira e acho que estamos caminhando para o rumo certo — disse.

Marcada para abril, a próxima audiência pública da comissão vai discutir a melhoria do ambiente de negócios no Brasil.



Jorge Viana (3º à esq.) é o relator da MP que autoriza criação de fundo

## Órgãos ambientais apoiam fundo de compensação

Representantes dos órgãos federais de fiscalização ambiental defenderam ontem a aprovação da medida provisória que autoriza o Instituto Chico Mendes a selecionar um banco público para criar e gerir os recursos da compensação ambiental, uma espécie de indenização pelo desmatamento. A MP 809/2017 perde a validade em 13 de maio.

Esse mecanismo está previsto na lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei do SNUC 9.985/2000). São cerca de R\$ 1,2 bilhão a serem investidos prioritariamente na regularização fundiária.

A MP autoriza o banco responsável pela gestão do fundo a desapropriar os imóveis privados indicados pelo ICMBio que estejam na unidade de conservação que receberá os recursos.

A comissão mista res-

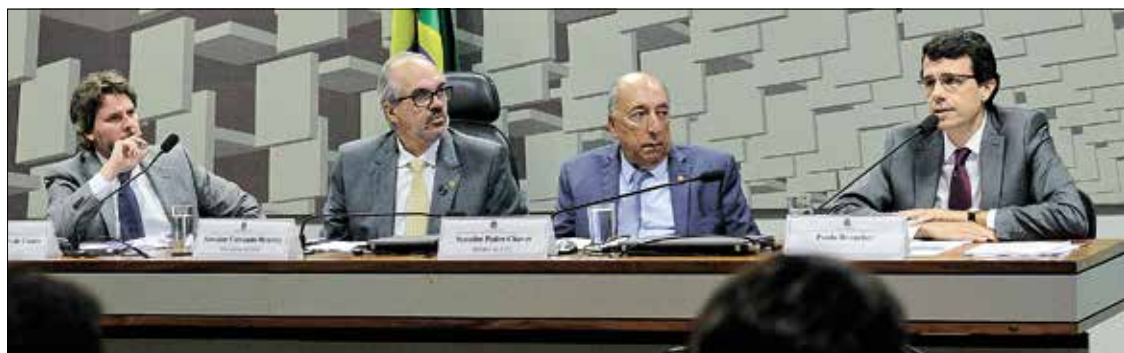
ponsável pela análise da medida ouviu representantes de entidades ligadas ao meio ambiente, entre elas o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O relator, Jorge Viana (PT-AC), se comprometeu a apresentar seu parecer em 3 de abril. Ele elogiou a abertura para a contratação de empregados temporários, estabelecida pela MP.

— Praticamente todos os 12 postos avançados da Funai de proteção de índios isolados na Amazônia estão fechados.

Pelo texto, o Ibama e o ICMBio ficam autorizados a contratar pessoal por tempo determinado para algumas atividades, entre elas, a prevenção e o combate a incêndios florestais.

Com a Agência Câmara



Senadores Roberto Muniz e Pedro Chaves, relator da comissão (os dois ao centro), ouvem debatedores

## Brasil e Marrocos firmam acordo de cooperação entre Legislativos

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, e o 1º vice-presidente da Câmara de Conselheiros do Reino do Marrocos, Abdessamad Kayouh, assinaram ontem um memorando para institucionalizar e promover a cooperação entre as duas instituições.

Também ontem, quatro conselheiros do Reino do Marrocos, cargo equivalente naquele país ao de senador, participaram de uma audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE) sobre o aumento do intercâmbio comercial e

cultural entre os dois países.

Na CRE, os conselheiros, acompanhados pelo embaixador marroquino Nabil Adghoghi, foram recebidos pelo presidente da comissão, Fernando Collor de Mello (PTC-AL), e o presidente do grupo Brasil-Marrocos, Cristovam Buarque (PPS-DF).

O Brasil é o terceiro maior parceiro comercial do Marrocos. Segundo Adghoghi, o seu país é um grande comprador de café e milho do Brasil. Além disso, há planos de estreitar o comércio marítimo e o inter-



Cristovam (2º à esq.) e Collor (C) receberam marroquinos em audiência

câmbio universitário.

Os conselheiros e o embaixador também foram recebidos no Plenário, onde Eunício ressaltou a presença de Kayouh na conferência que reuniu

parlamentares de mais de 20 países, na terça-feira, como parte do 8º Fórum Mundial da Água.

Kayouh afirmou que o acordo entre o Senado brasileiro e

a Câmara de Conselheiros do Marrocos demonstra a disposição dos dois países de trabalharem juntos. A cooperação entre os parlamentos envolverá, entre outras áreas: legislação e controle, acompanhamento de matérias importantes para a relação Brasil-Marrocos, diplomacia parlamentar e avaliação de políticas públicas.

O acordo também prevê a criação de uma comissão mista de cooperação, que se reunirá uma vez por ano, alternadamente, no Brasil e no Marrocos.

## Governo e indústria defendem MP que incentiva novas tecnologias

Representantes do governo e da indústria defenderam ontem, em audiência pública no Senado, a aprovação de uma medida provisória que aprimora incentivos fiscais para o setor de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novas tecnologias.

Os debatedores ressaltaram que a MP 810/2017 representa uma atualização necessária e urgente da Lei de Informática (Lei 8.248/1991) e garante mais segurança jurídica para a aplicação de recursos na área.

Um dos objetivos do texto é resolver um problema buro-

crático que vem travando os investimentos no setor: o Ministério da Ciência e Tecnologia não consegue analisar com agilidade os relatórios anuais apresentados pelas empresas para provar que, em contrapartida aos benefícios fiscais, aplicam recursos em P&D.

— A MP reduz o passivo de processos acumulados — disse o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Humberto Barbato.

O secretário de Política de Informática do ministério, Thiago Lopes, acrescentou que

a MP simplifica os relatórios e permite à empresa contratar auditoria independente para mostrar que cumpre requisitos.

O relator da MP, deputado Thiago Peixoto (PSD-GO), destacou a importância da medida

para manter as indústrias no país. Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a MP é “muito prática e enfrenta um problema iminente”, mas o texto precisa deixar mais claro que, de fato, não haverá contin-

genciamento de investimentos.

O presidente da comissão mista que analisa a MP, senador Paulo Rocha (PT-PA), informou que haverá nova audiência sobre o tema hoje, às 14h30.

Da Agência Câmara



Presidente da comissão, o senador Paulo Rocha (C) dirige debate com representantes do governo e da indústria



# Aprovada assistência integral e rápida a diabético pelo SUS

Proposta que segue para a Câmara determina a abertura de centros especializados no atendimento à doença em todo o país e garante aos doentes o direito de iniciar o tratamento no tempo adequado

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais aprovou ontem um projeto que implanta uma política de atendimento integral ao diabético pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta (PLS 225/2017), de Ronaldo Caiado (DEM-GO), segue para a Câmara dos Deputados.

Durante a votação, o relator, Paulo Rocha (PT-PA), citou dados da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD) que indicam uma epidemia da doença.

— São quase 15 milhões de

doentes no país. E infelizmente é comum diabéticos não terem acesso à assistência de forma rápida e efetiva pelo SUS.

O senador ressaltou argumentos da SBD e de Caiado de que o bom controle metabólico da doença previne o surgimento ou retarda a progressão de suas complicações, como amputação de membros, cegueira, acidente vascular cerebral, insuficiência renal e infarto. A proposta, disse o relator, visa estabelecer o

arcabouço legal para aprimoramento do SUS na assistência aos diabéticos.

## Medidas

De acordo com o texto, o poder público terá prazo de 180 dias a partir da publicação da lei para efetivar as ações determinadas no âmbito do SUS. Entre outros pontos, deve ser assegurado ao diabético o direito ao início do tratamento “de forma tempestiva” e com integralidade na assistência.

A proposta prevê mecanismos de descentralização administrativa no cuidado com os diabéticos, como a abertura de centros especializados em diabetes pelo país. Além do tratamento, os centros deverão garantir acesso a medicamentos, insulina e outros insumos.

O projeto estabelece ainda política de educação permanente aos profissionais envolvidos, promoção de pesquisas relacionadas à doença e oferecimento de serviços de diagnóstico precoce e prevenção.



Romário (2º à esq.) conduz evento no Auditório Petrônio Portella

## Pedidos pela inclusão das pessoas com Down marcam celebração

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) celebrou ontem o Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de Down (21 de março). Dança, teatro, música, desfile de moda e apresentação de documentários marcaram o evento, que teve objetivo de conscientizar a população.

Romário (Pode-RJ) lembrou que a ONU elegeu como tema em 2018 a reflexão sobre como pessoas com Down podem contribuir com a comunidade. O senador ressaltou elas se destacam em muitas áreas.

— Elas têm conseguido ampliar os espaços de convivência. Como qualquer cidadão, contribuem muito com a sociedade.

Romário considerou infeliz

uma declaração da desembargadora Marília Castro Neves Vieira, que criticou na internet a contratação da professora Débora Seabra, que tem a síndrome de Down.

— Não será excluindo que ficaremos mais ricos e fortes. Ao contrário, é incluindo — defendeu o senador.

Uma forma de contribuir, afirmou o representante da Associação dos Familiares e Amigos do Down de Porto Alegre, Fernando Barbosa, é participar da política.

— A inclusão de pessoas com Down na política poderá tornar a sociedade mais tolerante, justa e com direitos iguais — disse, pedindo aos parlamentares que aprovem leis que favoreçam a inserção.



Caiado é autor do projeto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais

## Avança atendimento individualizado para pessoa com deficiência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem um projeto do senador Romário (Pode-RJ) que modifica a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015). A proposta (PLS 204/2017), que segue para a Câmara, trata da abordagem multidisciplinar e do atendimento individualizado para promover a inclusão das pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.

Pelo texto, toda pessoa com deficiência em situação de abandono, isolamento, dor ou exclusão passa a ter direito à avaliação, inclusive domiciliar, por equipe multidisciplinar, que fará um plano de atendimento personalizado.

Paulo Paim (PT-RS), que leu parecer de Lídice da Mata (PSB-BA) pela aprovação, elogiou o “caráter de busca ativa” da proposta e o incentivo ao engajamento da família e da comunidade no processo de inclusão da pessoa com deficiência.

## Projeto que torna 2018 ano de valorização do idoso vai ao Plenário

Foi aprovado ontem, pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), projeto que institui 2018 como o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa. O PLC 11/2018 segue ao Plenário com pedido de urgência.

A escolha de 2018 se deu por conta

da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, celebrada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2015. A ratificação da convenção pelo Brasil está em análise na Câmara.

O projeto prevê eventos e palestras

para incentivar a valorização do idoso e divulgar a convenção.

No relatório a favor do texto, Paulo Paim (PT-RS) lembrou que em 2018 são comemorados os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 15 anos do Estatuto da Pessoa Idosa.

## Proposta estabelece modelo mais descentralizado para o Sine

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o projeto enviado pela Presidência da República que modifica a gestão do Sistema Nacional de Emprego (Sine). O PLC 183/2017 segue agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Mais descentralizado, o novo modelo cria mecanismos de gestão e financiamento para os governos estaduais e municipais, porém mantendo a coordenação federal.

— O grande diferencial na melhoria da gestão proposta é a descentrali-

zação de recursos no repasse fundo a fundo, potencializando a rede de atendimento. Também determina que essas transferências são de natureza obrigatória e continuada — apontou o relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), como “ponto mais efetivo” do projeto.

O Sine atua no Programa do Seguro-Desemprego. Financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), encaminha interessados a entrevistas de emprego, emite carteiras de trabalho e paga o seguro-desemprego.

Entre as alterações, o projeto permite aos integrantes do sistema recorrer a operações de crédito internacionais para reforçar o caixa.

Outra mudança é que a transferência de recursos federais aos estados e municípios, no Sine, passa a ser automática. Hoje o repasse é feito por convênios, que precisam ser constantemente renovados.

A proposta prevê ainda que o Sine deve buscar parcerias para qualificação profissional e desenvolver aplicativos para atender os trabalhadores.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burler  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



# Comissões aprovam benefícios para mulheres

Propostas ligadas à proteção e aos direitos das mulheres foram aprovadas em colegiados do Senado ontem. Mês de março tem pauta voltada a reivindicações femininas

AS COMISSÕES DE Constituição e Justiça (CCJ), Assuntos Sociais (CAS) e Direitos Humanos (CDH) aprovaram ontem diversos projetos da pauta feminina. A bancada feminina no Senado

tradicionalmente se reúne em março, mês do Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8, para definir uma lista de projetos considerados prioritários aos interesses das mulheres. O objetivo

é buscar uma votação mais acelerada das propostas. A pauta de projetos foi definida no início do mês em reunião com a procuradora da mulher, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e apresenta-

dos ao presidente do Senado, Eunício Oliveira. Alguns dos projetos aprovados ontem tiveram análise final no Senado e seguem para a Câmara, outros avançaram na tramitação na Casa.



Comissão de Constituição e Justiça aprovou seis projetos de lei que garantem direitos e proteção à mulher



Comissão de Assuntos Sociais acolheu ontem benefícios para mães

## Projeto amplia medidas protetivas de urgência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em votação final, um projeto que permite a aplicação de medidas protetivas de urgência contra o agressor independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou processo penal.

O PLS 197/2014, que altera a Lei Maria da Penha, é do ex-senador Pedro Taques e seguirá para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para que seja votado pelo Plenário.

A mudança deve possibilitar a concessão de medidas de urgência diante da simples iminência de agressões contra a mulher.

A expectativa do autor é ampliar “a proteção de que tanto carecem as mulheres diante da vulnerabilidade à violência doméstica e familiar em que, lamentavelmente, ainda se encontram.

O relator, Humberto Costa (PT-PE), também considera que a Lei Maria da Penha tem um caráter mais protetivo que repressivo. E é por isso que concorda com a dispensa de inquérito policial ou processo penal para a aplicação de medidas protetivas de urgência.

“Na prevenção da violência doméstica e familiar, o que é extremamente relevante é a existência de uma situação fática de prática de violência contra a mulher, ou mesmo a sua iminência, que seja apta a possibilitar a intervenção do Estado”, argumentou.

Humberto apresentou um texto substitutivo, com o objetivo foi inserir o delegado de polícia entre as autoridades capazes de requerer medidas protetivas de urgência para mulheres em risco de violência doméstica e familiar.

O relator argumentou que a maioria dos casos de violência doméstica contra a mulher chega primeiramente às delegacias de polícia. Dessa forma,

disse que seria interessante que o delegado de polícia pudesse requerer imediatamente a proteção.

Um dos dispositivos do projeto original admitia que a “autoridade policial” pudesse solicitar a prisão preventiva do agressor em qualquer fase do

inquérito policial ou da instrução processual. Humberto Costa quis garantir que não pudesse ser interpretado como “todo e qualquer policial”. “Entendemos que o delegado de polícia, bacharel em direito, é o único apto a requerer a prisão preventiva”, acrescentou.

### Agressor pode ter que passar por audiência para ser liberado

Outro projeto aprovado na CCJ e que deve ir para a Câmara condiciona a liberação de acusado de agredir mulher à presença em audiência de advertência (PLS 328/2013).

### Serviço de saúde deve ter prazo para notificar violência

Os serviços de saúde terão cinco dias após atender mulher agredida para informar o fato ao Ministério Público, prevê o PLS 308/2016, que também deve ir à Câmara.

### Trocar prisão cautelar por domiciliar poderá ser direito de gestante

Pelo PLS 64/2018, gestantes ou mães de criança com deficiência poderão ter a prisão preventiva trocada por prisão domiciliar. O projeto segue para Câmara.

### Diversidade sexual e de gênero deve ganhar estatuto

Passa a tramitar como projeto de lei a sugestão (SUG 61/2017) da OAB para instituir o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero. O texto foi aprovado pela CDH.

### Proposta cria botão de pânico que aciona diretamente a polícia

Segue para a Câmara projeto que dá à vítima de violência doméstica um dispositivo que envia alerta imediato à polícia em caso de ameaça ou agressão (PLS 119/2015).

### Vítimas poderão ter vagas gratuitas nos cursos do Sistema S

Vai para análise dos deputados o PLS 233/2013, que reserva 5% das vagas de cursos nos serviços nacionais de aprendizagem, sem custos, às vítimas de violência familiar.

### Transgêneros deverão ser protegidos pela Lei Maria da Penha

Mulheres transgênero e transexuais podem passar a ser protegidas pela Lei Maria da Penha, segundo o PLS 191/2017, aprovado na CDH e que segue para a CCJ.

### Avança incentivo à contratação de mulher agredida

Pelo PLS 244/2017, aprovado na CDH e que vai para a CAS, empresas com mais de 100 funcionários deverão destinar 5% das vagas às mulheres vítimas de violência.

## Salário-maternidade deverá ser pago em até 30 dias

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que estabelece um prazo máximo de 30 dias para o pagamento do salário-maternidade, a contar a partir do requerimento. O projeto, do senador Telmário Mota (PTB-RR), foi aprovado em decisão final e deve seguir para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso.

De acordo com o PLS 296/2016, caso o prazo não seja cumprido, o benefício será então concedido automaticamente, de maneira provisória. O objetivo, como apontou o relator, senador Hélio José (Pros-DF), é evitar que as mães acabem sendo punidas pela morosidade no atendimento por parte do

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

— Confirmando todos os requisitos, então o pagamento do salário-maternidade torna-se definitivo. Caso contrário, há a cessação imediata. E em caso de má-fé, os valores terão que ser restituídos — afirmou.

Recentemente, por meio de uma parceria do INSS com os cartórios, passou a ser possível a concessão do benefício já a partir do registro de nascimento da criança. Mas isso só é possível para registros feitos em cartórios que aderiram ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc). Os demais casos continuam sujeitos à solicitação de requerimento ao INSS.

## Licença para mãe pode passar a ser contada após alta de prematuro

Em caso de parto prematuro, os 120 dias de licença-maternidade a que tem direito a mãe deverão passar a ser contados somente após a alta hospitalar da criança, determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O texto (PLS 241/2017), da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), foi aprovado em caráter terminativo e segue direto para análise da Câmara, a menos que haja recurso.

— Pela lei atual, se uma criança prematura fica internada por 45 dias, esse período é contado. Entendo que a excepcionalidade não pode penalizar a família, suprimindo dias essenciais de convívio — afirmou Rose.

A relatora e presidente da CAS, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), lembrou que recentemente o Senado aprovou a PEC 99/2015, com

o mesmo objetivo, embora mais ampla, pois beneficia também as mães que são servidoras públicas, e não só as com contrato pela CLT. A PEC depende de deliberação da Câmara e a tramitação está parada devido à intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro.

Marta citou dados da Fio-cruz segundo os quais a taxa de prematuridade no Brasil, de 11,5%, é quase duas vezes superior à europeia.

— É consenso científico que a prematuridade é o maior fator de risco para o recém-nascido adoecer ou vir a falecer, não só após o nascimento, mas durante a infância ou já na vida adulta.

Marta destacou também que muitas vezes mães de prematuros se vêem forçadas a largar o emprego devido à indefinição relacionada aos períodos de internação.



# Julgar disputa intrapartidária pode caber à Justiça Eleitoral

Foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e segue com urgência para o Plenário projeto que estabelece a competência dos tribunais eleitorais para julgar conflitos internos das siglas

PROJETO QUE ESTABELECE a competência da Justiça Eleitoral para julgar ações que tratem de disputa intrapartidária foi aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O PLS 181/2017—Complementar, de Romero Jucá (PMDB-RR), segue com regime de urgência para análise em Plenário.

De acordo com o texto aprovado, ao julgar ações envolvendo disputas intrapartidárias ou a validade de atos partidários, a Justiça Eleitoral não deverá se manifestar sobre a oportunidade ou a conveniência da decisão tomada pelo partido. Terá de se limitar a examinar a sua validade formal, o seu enquadramento na legislação eleitoral e o respeito aos direitos dos filiados.

O julgamento de questões internas dos partidos poderá caber ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ou a juiz eleitoral em função, respectivamente, de participação, intervenção ou ato baixado pelo órgão nacional, estadual ou regional, municipal ou zonal de partido político.



Jucá é autor do projeto relatado por Vanessa na CCJ e que vai a Plenário

Jucá observou que a competência atribuída à Justiça comum para julgar ações relativas a disputas intrapartidárias tem gerado “discrepâncias” no sistema. E isso acontece tanto pela especialidade da questão eleitoral quanto pela inadequação de prazos estabelecidos no processo comum, “excessivamente dilatados para reger procedimentos sobre eleições”.

## Ação rescisória

O projeto admite ainda a apresentação de ação rescisória para reverter decisão final do TSE sobre inelegibilidade de agente político. A ação deverá ser proposta até

180 dias após a expedição da sentença e não vai incluir o restabelecimento do registro, do diploma ou do mandato cassado. Outras hipóteses para admissão desse processo são decisão do TSE que rejeite as contas de partido político ou as considere não prestadas.

A relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), acolheu uma emenda do senador licenciado Edison Lobão (PMDB-MA) que atribui aos juízes eleitorais competência para apreciar ações relativas a normas fixadas pelos estatutos partidários aos seus filiados, sem entrar no exame da conveniência e mérito da regra questionada judicialmente.

## Proposta regulamenta contrato de desempenho

Projeto que normatiza o contrato de desempenho, instrumento necessário para viabilizar o modelo de gestão no setor público criado pela Emenda Constitucional 19/1998, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PLS 459/2016, de Antonio Anastasia (PSDB-

-MG), segue agora para a Câmara.

O contrato de desempenho objetiva propiciar autonomia gerencial, orçamentária e financeira a órgãos e entidades da administração direta e indireta. Isso seria possível mediante contrato firmado entre seus administradores e o

poder público, onde estariam fixadas as metas de desempenho a serem alcançadas. Para ganhar eficácia, faltava a regulamentação. A relatora na CCJ, Simone Tebet (PMDB-MS), reconheceu no projeto a “virtude de concretizar o modelo gerencial de administração no setor público”.

## Regulamentação da propriedade compartilhada segue à Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, em decisão final, um projeto de lei que estabelece a regulação do regime de multipropriedade (propriedade compartilhada) no Brasil. O texto seguirá para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

A proposta (PLS 54/2017), de Wilder Morais (PMDB-GO), teve parecer favorável do relator-substituto, Cidinho Santos (PR-MT). Cidinho manteve o teor do relatório inicial, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), incluindo quatro emendas sugeridas por ele.

O sistema de multipropriedade envolve o aproveitamento econômico de um imóvel por um período fixo de tempo, em geral para fins turísticos. A cada coproprietário é concedida permissão para usar o imóvel por um período do ano. Os coproprietários compartilham os custos de aquisição e de manutenção.

O projeto de Wilder regulamenta a multipropriedade, fixando os direitos e as obrigações dos coproprietários e as regras mínimas que deverão constar da transação.

## Vantagens

No parecer, o relator ressalta algumas vantagens do regime de multipropriedade. Além de democratizar o acesso a bens, beneficiando pessoas que não teriam meios econômicos ou interesse em comprar e assumir a manutenção integral de um imóvel para lazer, a venda de cotas de compartilhamento para uso temporário ajudaria a reduzir a ociosidade na ocupação e geraria, com isso, mais empregos e renda, diz o texto.

O relator observa que a constituição do regime de multipropriedade vem sendo aceito como “negócio atípico” no país, mas há muita insegurança jurídica no setor, por causa da falta de regulamentação.

## Guarda provisória em adoção pode ser prolongada até sentença

A guarda provisória em caso de adoção poderá ser concedida por prazo indeterminado e valer até o anúncio da sentença sobre o processo. A mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente está prevista em projeto aprovado ontem em decisão final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta estabelece, entretanto, duas ressalvas: revogação ou modificação da medida por decisão judicial fundamentada ou advento de termo resolutivo imposto motivadamente pelo juiz diante de peculiaridades

do caso concreto.

Segundo o autor do PLS 371/2016, senador Aécio Neves (PSDB-MG), a guarda provisória marca o início da convivência da família com o adotando e já confere à criança ou ao adolescente a condição de dependente dessa família, que precisa recorrer à Justiça para renovar a medida enquanto não sai a decisão definitiva sobre o caso.

A relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), foi favorável ao projeto, que será enviado à Câmara se não houver recurso para análise pelo Plenário.

### RÁPIDAS

#### VAI À CÂMARA PROJETO QUE DESTINA AO SUS RECURSOS DE MULTAS DE TRÂNSITO

Proposta que destina 30% da arrecadação com multas de trânsito para o Sistema Único de Saúde (SUS) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em votação final e deve ser enviada à Câmara. O PLS 426/2012, de Eduardo Amorim (PSDB-SE), recebeu parecer favorável, com emenda da relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP). A emenda define que União, estados e municípios não poderão incluir as verbas oriundas das multas e repassadas ao SUS para atender à exigência constitucional de aplicação de percentual mínimo na saúde.

#### USO DE CARTÃO CORPORATIVO NO SERVIÇO PÚBLICO PODE GANHAR NOVAS REGRAS

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou projeto que impõe novas regras para acesso e uso do cartão corporativo por servidores federais (PLS 84/2016). O texto aprovado é um substitutivo do relator, Lasier Martins (PSD-RS). A proposta original foi apresentada por Ronaldo Caiado (DEM-GO) para tentar barrar abusos. Lasier fez ajustes para, entre outras coisas, vedar a concessão do cartão a quem tiver antecedentes criminais por crime doloso. Como o projeto foi alterado, deverá ser submetido a turno suplementar de votação na CCJ.

#### COMISSÃO APROVA CONTAGEM DE DIAS ÚTEIS PARA JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

A contagem apenas de dias úteis para a prática de qualquer ato processual nos juizados especiais cíveis, inclusive para interposição de recursos, foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. O PLS 36/2018, de Elber Batalha (PSB-SE), deverá ser encaminhado à Câmara. O autor destaca que a Lei dos Juizados Especiais não previu expressamente a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil (CPC). Segundo a relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), o projeto vai ser importante para uniformizar os procedimentos adotados pelos tribunais dos estados.

#### LICITAÇÃO PARA COMPRA DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR DEVE SER SIMPLIFICADA

Proposta que permite a licitação simplificada, diretamente de fornecedores, para a compra de material médico-hospitalar, excluindo medicamentos, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O senador Ivo Cassol (PP-RO), o PLS 171/2012 recebeu texto substitutivo de Ana Amélia (PP-RS). A senadora disse ter alterado a redação para evitar inconstitucionalidades. Por isso, o projeto ainda precisa passar por turno suplementar de votação, mas receberá decisão terminativa na CCJ, seguindo depois para a Câmara.

#### PROPOSTA DEVE DAR MAIS TRANSPARÊNCIA A PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FEDERAIS

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou projeto de Roberto Muniz (PP-BA) que visa dar maior segurança jurídica aos processos administrativos federais. O texto determina que um agente público só poderá sofrer sanção caso a decisão tenha a motivação explicada detalhadamente. Para o autor do PLS 320/2017, a legislação atual falha ao não exigir melhor fundamentação das decisões, o que gera insegurança jurídica. O parecer de Simone Tebet (PMDB-MS) foi favorável, com emendas. O texto segue à Câmara.

#### EMPRESAS QUE PRATICAREM CARTEL PODERÃO TER QUE PAGAR MULTA MAIOR

O aumento das multas para empresas ou grupos econômicos que praticarem cartel foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. O PLS 283/2016, de Aécio Neves (PSDB-MG), também estabelece o ressarcimento em dobro às partes prejudicadas e multa nunca inferior à vantagem auferida pela atividade ilícita. O senador considera que o projeto ajustará o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência à prática legal vigente. O texto foi relatado na CCJ por Antonio Anastasia (PSDB-MG) e segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

#### ARBITRAGEM PODERÁ SER USADA EM DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA

A arbitragem poderá ser utilizada como recurso para a definição de valores de indenização nas desapropriações por utilidade pública, segundo o PLS 135/2017, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), aprovado pela CCJ. O texto deve seguir direto para a Câmara. O objetivo, disse Anastasia, é acelerar os processos de desapropriação e garantir ao proprietário uma indenização justa. O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), promoveu ajustes no texto original, como explicitar, na Lei da Mediação, a possibilidade de seu uso para acordo nessas desapropriações.

#### COLEGIADO REJEITA INCLUSÃO DE MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUDENE

Com 11 votos contrários e 8 favoráveis, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) rejeitou proposta que incluía 76 municípios de Minas Gerais e três do Espírito Santo na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A proposta (PLC 148/2017 — Complementar) ainda será examinada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Infraestrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional (CDR) e pelo Plenário. Senadores mineiros e capixabas defenderam o projeto, refutado pela bancada nordestina.



# Após 30 anos, sistema tributário exige mudanças para ajudar país a crescer

Fixação de regras na Constituição dificulta reformas. Comissão do Senado busca transferi-las para leis comuns



30 anos  
CONSTITUIÇÃO  
da CIDADANIA

Cintia Sasse

**POUCAS CONSTITUIÇÕES** no mundo são tão extensas quanto a brasileira. São quase 65 mil palavras. Ela só perde para a da Índia e a da Nigéria, segundo um estudo da Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Se esse detalhamento pode ser explicado pela insegurança da sociedade brasileira que recém saíra da ditadura militar, a compulsão dos constituintes em sacramentar o que podiam na Lei Maior resultou em amarras e distorções que travam o crescimento do país até hoje.

Um exemplo disso é o sistema tributário nacional, estabelecido principalmente nos títulos VI, da Tributação e do Orçamento, e o VII, da Ordem Econômica e Financeira. O mínimo que se diz é que ele se tornou “obsoleto”.

A avaliação mais recente sobre a sua funcionalidade, feita em outubro por um grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), classifica-o como “complexo, regressivo, anticompetitivo, antiemprego e responsável por desequilíbrios federativos”, além de arcaico. Em 2003, a Emenda Constitucional 42 incluiu entre as competências do Senado a de avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema e o desempenho das administrações tributárias da União, dos estados e dos municípios.

## Burocracia

Baseada num relatório do Banco Mundial de 2017, a CAE ressalta que o Brasil é o campeão mundial nos custos de *compliance*, aqueles que as empresas são obrigadas a desembolsar para ficar em conformidade com as leis e os regulamentos. Os empresários brasileiros gastam em torno de 2 mil horas por ano para atender o cipoal em que



Comissão de Sistematização da Assembleia Constituinte reúne-se para discutir questão tributária

se transformou o sistema nacional.

Os países mais próximos da realidade brasileira são a Bolívia, onde as empresas gastam mil horas, e a Venezuela, onde são necessárias 790 horas. O Paraguai, que tem atraído muitas empresas brasileiras, exige apenas 380 horas por ano.

Além da complexidade e do excesso de normas, o Brasil é conhecido internacionalmente por ostentar uma carga tributária pesada em comparação com economias semelhantes. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que ela correspondia a 33% do produto interno bruto (PIB) em 2014. No México, como comparação, era de 19,5%.

## Injustiça

Além disso, a carga tributária é mal distribuída e injusta. Com incidência maior sobre o consumo de bens e serviços, os brasileiros com menor renda arcam com peso maior dos tributos indiretos, como o principal deles, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), estadual.

Para os mais ricos, o peso é menor. Isso, no jargão tributário, é a regressividade.

Com base num estudo que foi premiado pelo Tesouro Nacional, o coordenador do grupo de trabalho da CAE, senador Ricardo

Ferraço (PSDB-ES), ressalta que a faixa mais pobre da população paga duas vezes mais tributos do que as mais ricas, na proporção com a renda.

Outro efeito da Carta Magna foi acabar exigindo constantes manifestações do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade das leis tributárias.

Um levantamento da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados mostrou que, até fevereiro, 11,5% dos processos em tramitação no STF estavam relacionados a direito tributário, só atrás dos pleitos sobre os temas administrativos (37,5%) e os penais (12,5%).

O montante em discussão no STF atinge R\$ 600 bilhões, incluindo tributos previdenciários, segundo o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018. Mas a estimativa do contencioso tributário nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) chegava a R\$ 4,08 trilhões em 2016, segundo relatório da CAE.

Esse excesso de litígios, envolvendo principalmente as empresas e os fiscos, causa insegurança jurídica e desestimula os investimentos.

As mudanças constitucionais geralmente são casuísticas e nem sempre eficazes. O Congresso faz

alterações pontuais e derivadas de reações a decisões do STF, inchando ainda mais a Constituição, afirma o especialista em tributação Jules Michelet Silva, da Consultoria Legislativa da Câmara.

Um dos exemplos foi o que aconteceu com a taxa de iluminação pública, instituída por muitos municípios. O STF entendeu que essa cobrança não poderia ser feita por meio de taxa, mas por imposto. O Congresso mudou a Constituição, com a Emenda 39, de 2002, criando uma nova modalidade de contribuição, a Cosip, para atender os municípios. Num julgamento posterior, o STF reconheceu a constitucionalidade da nova contribuição.

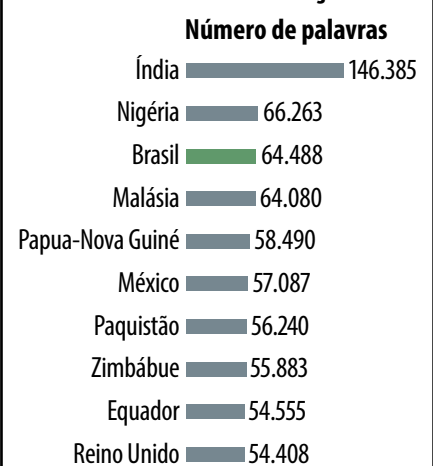
## Omissões

Apesar de detalhista, a Constituição tem brechas e não legisla sobre assuntos importantes. Uma das omissões está no relacionamento entre os entes da Federação.

— Essa questão ficou solta, e os conflitos geram judicialização constante — diz o consultor Carlos Alexandre Rocha, um dos especialistas do Senado em federalismo, que defende a constitucionalização de um fórum federativo.

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) trata apenas do ICMS e, segundo Rocha, é um “arranjo capenga”, sem nenhum amparo constitucional.

## Maiores constituições



Fonte: Universidade de Cambridge



# Mudanças da Carta não conseguiram modernizar estrutura tributária

Avanços propostos na primeira fase da Constituinte para aumentar receita de estados e municípios acabaram revertidos

**AS MODIFICAÇÕES** tributárias introduzidas em 1988 pelos constituintes não alteraram a estrutura construída pelos militares em 1965. A avaliação, feita em outubro pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ressalta que o país continua fazendo uso dos alicerces de uma economia de mais de 50 anos atrás, de industrialização tardia e ainda fechada. O referencial, acrescenta o relatório da CAE, continua a ser a indústria de transformação, que na época representava um terço do PIB e hoje corresponde a menos de 12%.

Os constituintes não conseguiram substituir o ICMS, o tributo mais relevante sobre o consumo, pelo imposto sobre valor adicionado (IVA), adotado pelas economias mais desenvolvidas. Esse novo imposto é questão central das reformas tributárias debatidas no Congresso após a Constituição de 1988.

A proposta do IVA enfrentou rejeição, especialmente dos estados do Norte e do Nordeste, tanto na Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, relatada pelo então deputado e atual senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), quanto na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, cujo relator foi o então deputado e hoje senador José Serra (PSDB-SP).

Em 1987, na Constituinte, o interesse maior era reduzir a participação da União no bolo tributário em favor dos estados e municípios.

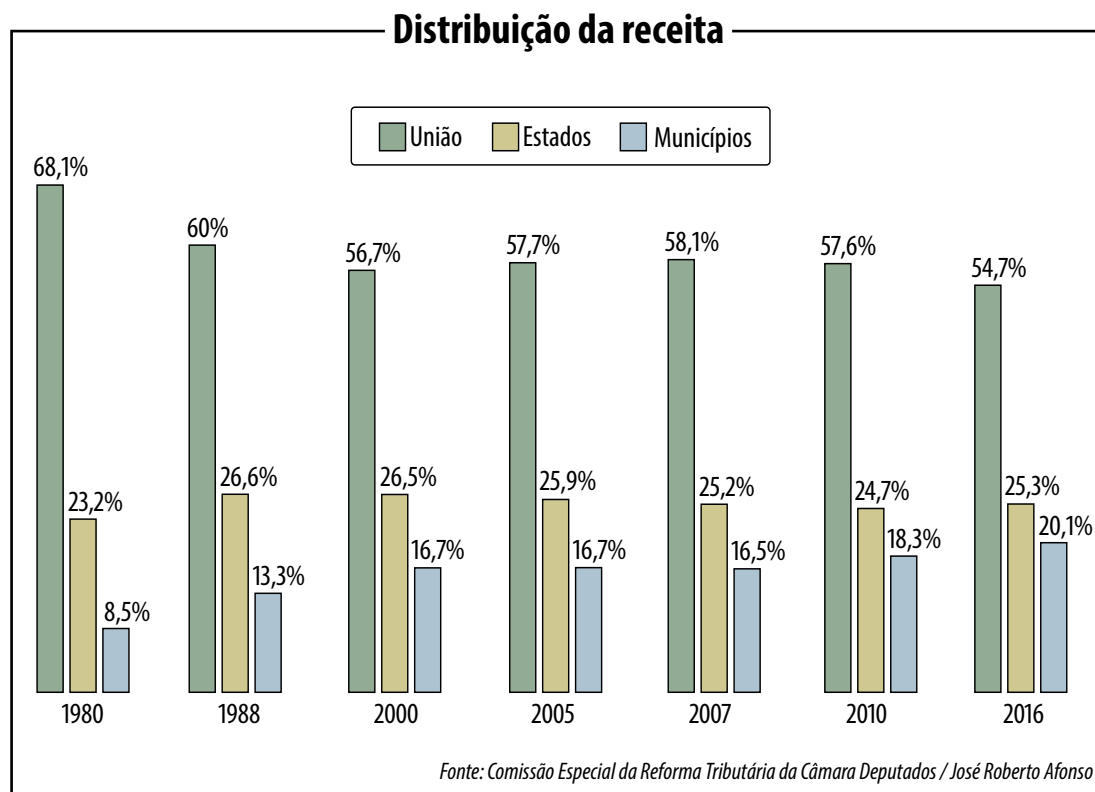
A organização entre os parlamentares era menos partidária e ideológica e mais regional, com o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste de um lado e o Sul e o Sudeste do outro. A grande ausente nessa etapa dos trabalhos foi a União.

A omissão permitiu que os constituintes resolvessem os principais conflitos distributivos entre as regiões com a retirada de recursos federais. O anteprojeto da Comissão do Sistema Tributário previu a diminuição das competências da União e o aumento das atribuições dos estados e dos municípios e incrementou os repasses do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda para os fundos constitucionais.

Apenas na Comissão de Sistematização os representantes da União conseguiram reverter parte das perdas.

## Contribuições

Um dos legados criticados é a distorção provocada por tributos cumulativos não partilhados com estados e municípios, como a Cide, que incide sobre os combustíveis, a Cofins, cobrada do empregador para financiar a Seguridade



Social, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Um estudo da Consultoria Legislativa da Câmara lembra que, apesar dos apelos do presidente José Sarney na época, muito pouco pôde ser feito para alterar os acordos na área tributária.

A Constituição reduziu de 13 para 8 os impostos da União: importação, exportação, renda, produtos industrializados, operações financeiras, propriedade rural, grandes fortunas e competência residual.

Os estados conseguiram fortalecer o então ICM com os antigos impostos únicos sobre energia elétrica, transportes, combustíveis, minerais e comunicações, transformado em ICMS. Também mantiveram o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e ganharam o imposto sobre heranças e doações (ITCMD).

Os municípios continuaram com o Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e ganharam os tributos sobre transmissão de propriedades imobiliárias. Dois tributos previstos na Carta foram extintos em 1993: o adicional de até 5% do Imposto de Renda que ia para os estados e o imposto municipal sobre vendas a varejo de combustíveis.

Além disso, houve um forte aumento dos repasses do IR e do IPI para os fundos constitucionais, como o FPE e o FPM. Os municípios conquistaram maior repasse do ICMS recolhido pelos estados, de 20% para 25%. E a União, além das contribuições, manteve a cobrança do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), alimentando o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), assegurado na Constituição por uma emenda de Serra e destinado ao seguro desemprego e ao abono salarial.

## Nova economia

Na avaliação da CAE, o sistema tributário caminha rápido para a obsolescência. A carga sobre o setor de serviços, o que mais avança no PIB, é menor do que sobre a indústria. A média em 2013 dos 20 subsetores mais tributados em propor-

ção à receita, com percentuais acima de 20%, incluía 15 tipicamente industriais, como fabricação de móveis, bebidas, produtos de borracha e material plástico.

Enquanto isso, os 20 subsetores com menor carga, a maioria do setor de serviços, variavam de 2,3% (seguros, previdência complementar e planos de saúde) a 9,7% (operadores turísticos).

Outro aspecto é que negócios digitais como Netflix, Uber, Spotify e Airbnb são pouco ou nada tributados. São atividades “sem circulação de mercadorias” e que evadem a classificação como “serviço”, diz o texto da CAE. Há ainda questões complexas, como tributar atividades de pesquisa e desenvolvimento, propriedade intelectual, exploração da imagem pessoal, espectro eletromagnético, software e bens virtuais.

Além de um novo modelo, que redistribua o ônus tributário incorporando a nova economia, a CAE sugere o caminho inverso do adotado pelos constituintes. O sistema tributário passaria para uma legislação infraconstitucional. Fazer qualquer mudança seria mais fácil e simples. “Uma boa estratégia em tempos onde será preciso ser rápido e moderno para enfrentar as novas decisões”, aconselha a CAE.



Bezerra (E) e Serra (D), então deputados e hoje senadores, se destacaram na Comissão do Sistema Tributário





Referências do pensamento econômico do regime militar, Delfim Netto (C) e Roberto Campos (C, acima) foram constituintes

## Nova proposta simplifica e moderniza o sistema do país

O Congresso voltou a debater a reforma tributária no ano passado. A proposta, entre outros pontos, retoma uma ideia tentada há mais de 20 anos: criar um imposto sobre valor adicionado (IVA), que absorveria o ICMS.

Trata-se de uma iniciativa da Câmara que propõe simplificar o sistema tributário, unificar sete tributos sobre o consumo, evitar perda de receita para municípios, estados e União, onerar menos as faixas de renda mais baixas da população, reduzir a sonegação fiscal, destravar os investimentos e ajudar o país a crescer.

Tudo isso pode sugerir mais um esforço descomunal e fadado ao fracasso, mas encontra hoje um ambiente propício, já que o país precisa urgentemente voltar a crescer, na avaliação do coordenador da nova reforma, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

Nas palavras dele, o sistema tributário virou um “manicômio judiciário”. Além de injusto, mata empresas e empregos.

A meta, segundo Hauly, é costurar um acordo entre senadores e deputados até junho sobre o projeto da reforma, para que seja votado ainda neste ano.

Desde 2017, o deputado teve 180 reuniões com entidades de trabalhadores e de empresários e proferiu 135 palestras. Ele agora negocia com os líderes no Senado.

O novo IVA, inspirado nos modelos europeu e canadense, já tem nome — Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) — e seria de competência estadual. Entraria no lugar do ICMS estadual, do ISS municipal

e dos federais IPI, PIS, Cofins, Cide e Salário-Educação.

Disciplinado por uma lei nacional (o que facilitaria a vida das empresas, que hoje precisam atender 27 leis locais de ICMS) e cobrado no destino, o IBS seria arrecadado pela nova Secretaria da Receita Federativa dos Estados e partilhado entre União, estados e municípios.

Seria instituído um imposto seletivo sobre energia elétrica, combustíveis, telecomunicações, cigarros, bebidas e veículos. O Imposto de Renda e a CSLL seriam fundidos. A contribuição previdenciária seria mantida. Os municípios continuariam com tributos como o IPTU e a contribuição para a iluminação pública.

### Voracidade

Na Constituinte, Hauly estava do outro lado do balcão. Era secretário da Fazenda do Paraná e ajudou a pressionar os constituintes a partilhar os recursos da União entre os estados e os municípios. Hoje ele avalia que o erro foi a voracidade com que se abocanharam os recursos federais, e a União, em contrapartida, invadiu a base tributária sobre o consumo com tantas contribuições.

Como 55% da arrecadação do país vem dos tributos sobre o consumo, o resultado foi emperrar o crescimento, reduzir a capacidade arrecadatória, produzir um contencioso e uma guerra fiscal entre os estados e distorcer os preços.

Desde a década de 1990, o Congresso tenta fazer uma reforma de fôlego. A proposta de criar um IVA entrou na agenda em 1995 e volta de tempos em tempos.

# Modelo atual foi concebido há 50 anos, durante os governos militares

Regime reorganizou a administração fazendária com a criação da Secretaria da Receita Federal e a adoção de impostos como o ICM

EM 1º de fevereiro de 1987, quando a Assembleia Nacional Constituinte foi instalada, o Plano Cruzado já havia feito água e a hiperinflação voltara a transtornar o dia a dia dos brasileiros. Foi nessa conjuntura desfavorável que os constituintes se debruçaram sobre o desafio de reformar o sistema tributário que havia sido instituído pelos militares em 1965.

O modelo adotado após o golpe de 1964 reorganizou a administração fazendária federal. Criou a Secretaria da Receita Federal em 1968. Aumentou a arrecadação e concentrou a tributação sobre o consumo em dois impostos não cumulativos: o incidente sobre produtos industrializados (IPI), federal, e o sobre circulação de mercadorias (ICM), estadual. Também assegurou um cumulativo sobre serviços (ISS), municipal.

Na época, os impostos não cumulativos eram uma novidade. A França generalizaria só em 1968 seu imposto sobre valor agregado em cada etapa da cadeia de produção. O Brasil estava na vanguarda. Pela primeira vez, segundo o economista Ricardo Varsano num estudo sobre o sistema brasileiro, o país contava com

um sistema tributário, e não apenas um conjunto de fontes de arrecadação com objetivos econômicos.

Mas quase tudo estava nas mãos da União, que arrecadava, instituía a maioria dos tributos e moldava a atuação do setor privado com incentivos fiscais. Estados e municípios contavam com poucos tributos de sua competência e recebiam transferências da arrecadação federal.

No entanto, o cenário mudou com o fim do chamado milagre econômico, na época da ditadura. Os incentivos concedidos em demasia corroíam a receita federal, e estados e municípios passaram a exigir maior autonomia e aumento de transferências. A União voltou a criar tributos cumulativos, como a contribuição para o Fundo de Financiamento Social (Finsocial), reduzindo a qualidade da tributação sobre o consumo.

### Preparação

Instituída em 1985 pelo presidente José Sarney, a Comissão Afonso Arinos elaborou um anteprojeto constitucional, apresentado em setembro do ano seguinte. Na parte tributária, a proposta

estava muito próxima do sistema em vigor. Ampliava o número de tributos e mudava pouco a repartição da receita.

Outro projeto, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), queria estabelecer um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) estadual, recolhido no estado de destino e reunindo os principais impostos indiretos num tributo de base ampla.

Também trazia outras mudanças, como a criação de um imposto geral sobre o patrimônio e um municipal sobre venda de combustíveis. Restringia o IPI a poucos produtos, como automóveis, bebidas e tabaco. A partilha de recursos seria reforçada tanto pela criação de fundos alimentados com recursos federais quanto pela transferência direta de impostos.

Os constituintes não adotaram nenhum dos projetos como base, mas aproveitaram muitas propostas. De acordo com um estudo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, a solução encontrada por eles preservou grande parte da estrutura tributária vigente, aprofundando a repartição de receitas com estados e municípios, como propunha o Ipea.



# Bem-estar social aos brasileiros ainda é um sonho a ser realizado

Constituição impediu volta da hiperinflação, mas dificultou crescimento, aponta estudo da Consultoria do Senado

**IMAGINAR QUE** o Brasil poderia se tornar uma Noruega e oferecer bem-estar social à sua população norteou as decisões dos constituintes. Três décadas depois, porém, o texto constitucional que assegurou avanços notáveis nos direitos e nas garantias individuais pouco ajudou a impulsionar a economia brasileira.

O crescimento foi medíocre, e o bem-estar social dos nórdicos está cada vez mais distante dos brasileiros. Um estudo elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado para a publicação *Especial Constituição* mostra que o maior feito da Carta de 1988 foi permitir mudar o cenário de hiperinflação, contribuindo para reduzir a pobreza do país.

Se, entre 1988 e 1993, 20,8% da população brasileira recebia menos de US\$ 1,90 por dia, em 1995, um ano após o lançamento do Plano Real, a proporção era de 13,5%. Com a estabilização da moeda, o país nunca mais repetiu a inflação estratosférica da década de 1980.

## Taxa de investimento

Média de investimento em percentual do PIB de 1988 a 2016

China	40,9%
Coreia do Sul	33,6%
Índia	31,8%
Japão	27%
Chile	23,9%
Rússia	23,5%
Venezuela	22,6%
México	21,9%
Alemanha	21,6%
Peru	21,3%
Estados Unidos	21,2%
Colômbia	21%
Brasil	19,6%
África do Sul	19%
Reino Unido	18,5%
Argentina	17,3%

Fonte: Banco Mundial

— Hoje, a situação é de relativa normalidade, mas, do lado real da economia, não há como dourar a pílula: o Brasil fracassou — ressalta o consultor Paulo Springer, autor do estudo.

Comparado com as maiores economias da América Latina, o desempenho brasileiro só foi melhor que o da Venezuela no período de 1990 a 2016. Dados do Banco Mundial mostram que, em relação aos cinco emergentes (o grupo chamado Brics), o Brasil perdeu para a Rússia, foi muito pior que a Índia, ficou “extremamente” abaixo da China e só não ficou atrás da África do Sul.

Não se pode culpar a Constituição em si pelo pífio crescimento da economia, afirma o consultor. Muitos dos princípios nela expressos dependem de regulamentação.

## Responsabilidade

Um dos bons exemplos foi a diretriz para o controle das contas públicas, que abriu espaço para a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), cujo objetivo é conter o gasto e o endividamento dos municípios, dos estados e da União. O estudo ressalva que nem a Constituição nem a LRF foram capazes de impedir o descontrole das contas públicas.

— Seria exigir muito de uma Constituição — diz Springer.

Algumas diretrizes foram cumpridas e contribuíram para evitar a volta da hiperinflação. A Carta, no artigo 164, vedou que o Banco Central concedesse empréstimos ao Tesouro Nacional, direta ou indiretamente. Em outro dispositivo, proibiu que o governo se endividasse para pagar gastos correntes, como salá-

rios do funcionalismo, aposentadorias e manutenção da máquina pública.

No entanto, segundo o estudo, a Constituição foi muito tímida na construção de um aparato institucional que fortalecesse a autoridade monetária, como dar autonomia ao Banco Central. Essa questão é tão relevante que volta e meia retorna à agenda econômica, como agora, na administração de Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda.

## Proteção social

Está cada vez mais difícil para os brasileiros financiar a rede de proteção social — uma rede, aliás, que poucos países têm.

A Constituição introduziu ou consolidou vários direitos sociais, como previdência, acesso universal à saúde, seguro desemprego, educação gratuita em todos os níveis, assistência social e relações de trabalho que chegam a exigir que o empregador se preocupe com a família do empregado.

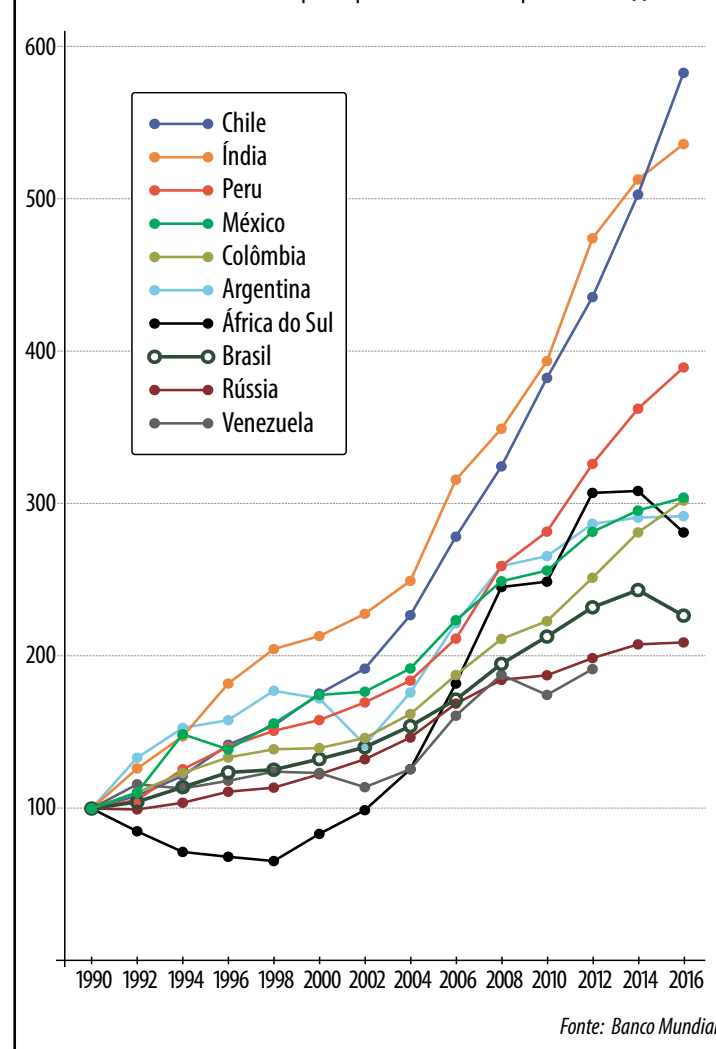
A carga tributária brasileira é menor que a de vários países desenvolvidos que alcançaram o bem-estar social, mas é muito elevada se comparada a países com desenvolvimento semelhante ao do Brasil. É mal distribuída e injusta, além de, como está o sistema tributário, atrapalhar as empresas e emperrar o crescimento da economia.

O Brasil ainda não conseguiu implantar um imposto sobre valor adicionado (IVA) sobre o consumo, o que já é quase consenso na área acadêmica, conforme o estudo da Consultoria.

A relação de causalidade entre excesso de proteção social e crescimento não justifica isoladamente o desempenho decepcionante da economia brasileira.

## Evolução do PIB per capita

Dados consideram todos os países partindo do mesmo patamar em 1990



Fonte: Banco Mundial

Outros fatores, como política industrial desastrosa e qualidade ruim do ensino, contribuem para isso.

Os gastos públicos com educação cresceram após 1988. Dados do Banco Mundial mostram que a média alcançada em 28 anos, com variação medida até 2016, foi de 4,8% do PIB, pouco abaixo dos países ricos, com 5% no período. O problema está na péssima qualidade do ensino no país e no privilégio dado aos gastos com o nível superior em detrimento da educação básica, diz o estudo.

## Investimento

Outro aspecto importante é o desestímulo à poupança doméstica e ao investimento. O brasileiro é conhecido por poupar pouco, e esse comportamento é atribuído à certeza de que

será socorrido pela rede de proteção social em caso de infortúnios. O resultado é um decréscimo na taxa de poupança do país. De 20% do PIB na primeira metade dos anos 1990, caiu para 15% em 2015, abaixo da média latino-americana de 19% e muito distante dos 46% registrados por países asiáticos.

A baixa poupança interna limita o crescimento porque reduz os fundos disponíveis para investimento. E recorrer à poupança externa produz desequilíbrios insustentáveis no longo prazo.

— Optamos por um modelo que privilegia a geração atual. Outros, como os do leste asiático, privilegiam as gerações futuras — conclui Springer.

Leia o estudo da Consultoria: <http://bit.ly/estudo3264>

### JORNAL DO SENADO

Via N2, Bloco 11 do Senado Federal  
CEP 70.165-920, Brasília - DF  
[www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal) • [jornal@senado.leg.br](mailto:jornal@senado.leg.br)  
Twitter: @SenadoFederal  
facebook.com/SenadoFederal  
Telefone: 0800 61 2211

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão  
Coordenadora-geral:  
Ana Lucia Romero Novelli  
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria  
Coordenador-geral: Silvio Burle  
Serviço de Arte: Bruno Bazílio  
Editor-chefe do *Jornal do Senado*: Marcio Maturana

### 30 ANOS - CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA

Reportagem e edição: Cintia Sasse  
Coordenação: Nelson Oliveira  
Diagramação/Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Pesquisa de fotos: Braz Felix  
Revisão: Ricardo Westin